



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1010701-95.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**  
 Requerente: **Luiz Carlos Barbosa**

Juiz de Direito: **Dr. Caio Cesar Melluso**

Vistos.

1. Trata-se de um pedido de alvará judicial para levantamento de valores referentes ao FGTS de pessoa interditada.
  2. Luiz Carlos Barbosa, assistido por Doralice dos Reis Barbosa, argumenta que possui CID: G30.0 (Doença de Alzheimer) e que seu lar precisa de reformas para lhe proporcionar mais conforto.
  3. O pedido contou com a concordância do Ministério Público, às fls. 28.
  4. **É o relatório. Fundamento e DECIDO.**
  5. Defiro os benefícios da gratuidade. **Anote-se.**
  6. Apense-se estes autos ao de nº 1004893-46.2015.8.26.0566.
  7. O pedido é procedente, pois a reforma no imóvel visa proporcionar uma melhor qualidade de vida ao interditado.
  8. Por essa razão, **ACOLHO** o pedido formulado e **AUTORIZO o levantamento integral do FGTS** em nome do requerente pela curadora, para que sejam efetuadas reformas no lar do casal. Julgo extinta a ação, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.
  9. Custas e despesas processuais pela parte autora, observando-se à concessão dos benefícios da gratuidade.
  10. **Expeça-se** alvará em nome de D dos R B, com validade de 180 dias.
  11. A curadora deve prestar contas dos valores gastos, no mesmo prazo.
  12. Decorrido o prazo de 180 dias e nada mais sendo requisitado, vista ao Ministério Público.
  13. Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública.
- P.I.C.

São Carlos, 20 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**